

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 da Cooperativa de Crédito dos Proprietários da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo – Sicoob Credirochas em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br)

1. Política Operacional

Em 2016, o Sicoob Credirochas completou 17 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nosso Desempenho

2.1) Retornos

ROE/ROA	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	%	Varição	p.p
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	26,37	29,24		-2,87	
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	4,05	4,56		-0,51	

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$			%
	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Varição	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	28.180	27.695		1,75
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.513	8.884		63,36
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.583	944		67,69
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	7.866	5.739		37,06
Receitas com Ato Não Cooperativo	1.369	892		53,48
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	25.473	20.728		22,89
Despesas Tributárias	321	198		62,12
Resultado de Participações e outras receitas operacionais e resultado não operacional	2.921	852		242,84
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	17.092	9.711		76,01
Juros ao Capital	5.697	4.412		29,13
Sobras do exercício	15.171	13.713		10,63

Contribuíram para compor a Sobre do exercício de 2016:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 37,06%, o resultado da intermediação financeira cresceu 1,75% e a receita com recuperação de prejuízo cresceu 67,69% em relação ao mesmo período de 2015.

Quanto as despesas, ocorreu uma variação do grupo de despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2015, de 22,89%.

Houve um aumento de 76,01% na receita de ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 30,88%.

Foi pago para os associados em 2016 o valor de R\$ 5.697 mil referente a juros ao capital, que é 29,13% maior do que o pago no exercício anterior.

A Sobre do exercício teve um crescimento de 10,63% em relação ao mesmo período de 2015.

2.2) Dados Patrimoniais

Balanco Patrimonial	Em Milhares R\$			%
	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Varição	
Ativos Totais	398.379	348.617		14,27
Centralização Financeira	147.942	111.267		32,96
Carteira de Crédito	238.786	227.574		4,93
Depósitos	292.587	255.090		14,70
Patrimônio Líquido	71.541	59.691		19,85
Patrimônio de Referência (PR)	71.503	59.529		20,11

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2016:

O total de ativos atingiu R\$ 398.379 mil ao final de dezembro de 2016, com crescimento de 14,27% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 238.786 mil, com crescimento de 4,93% em relação a 31 de dezembro de 2015.

Os depósitos obtiveram um aumento de 14,70% considerando o mesmo período de 2015, atingindo no final do exercício de 2016 o montante de R\$ 292.587 mil.

O patrimônio líquido cresceu 19,85% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 71.541 mil.

Em 31/12/2016 a inadimplência acima de 90 dias foi de 4,30%, percentual inferior ao verificado no mercado.

2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R\$

Carteira de Crédito	31/12/2016			31/12/2015			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	11.599	-	11.599	11.853	-	11.853	- 254	- 2,14%
Empréstimos	29.612	144.008	173.620	25.877	130.812	156.689	16.931	10,81%
Títulos descontados	1.067	39.665	40.732	1.254	46.048	47.302	- 6.570	- 13,89%
Conta Corrente	2.151	10.684	12.835	2.144	9.586	11.730	1.105	9,42%
Total	44.429	194.357	238.786	41.128	186.446	227.574	11.212	4,93%

3. Pessoas
Contávamos com 106 colaboradores no final do exercício de 2016, desses 96,23% possuem ensino superior e 39,62% com Certificação Profissional ANBIMA (CPA). A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 11.279 mil no exercício corrente.

4. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2016, houve uma concentração de 85,67% nos níveis de risco "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e situação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8. Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2016, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 28 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 25 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 31 de janeiro de 2017.

Conselho de Administração.

Balanco Patrimonial

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		262.823	240.899
Disponibilidades		1.824	2.697
Títulos e Valores Mobiliários	4	374	33
Carteira Própria		374	33
Relações Interfinanceiras	5	147.942	111.267
Centralização Financeira - Cooperativas		147.942	111.267
Operações de Crédito	6	120.357	123.608
Empréstimos e Títulos Descontados		132.989	132.811
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		6.142	3.791
(-) Provisão para Operações de Crédito		(18.774)	(12.994)
Outros Créditos	7	2.807	1.923
Créditos por Avais e Fianças Honorados		477	-
Rendas a Receber		1.967	1.488
Diversos		671	435
(-) Provisão para Outros Créditos		(308)	-
Outros Valores e Bens	8	9.519	1.371
Outros Valores e Bens		9.686	1.501
(-) Provisão para Desvalorizações		(219)	(165)
Despesas Antecipadas		52	35
Não Circulante		115.556	107.718
Realizável a Longo Prazo		103.781	97.255
Títulos e Valores Mobiliários	4	2.981	5.197
Carteira Própria		2.981	5.197
Operações de Crédito	6	99.655	90.972
Empréstimos e Títulos Descontados		94.197	82.910
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		5.458	8.062
Outros Créditos	7	1.145	1.086
Diversos		1.145	1.086
Permanente		11.775	10.463
Investimentos	9	8.453	7.601
Participação em Cooperativas		8.453	7.601
Imobilizado de Uso	10	3.187	2.674
Outras Imobilizações de Uso		7.883	6.533
(-) Depreciações Acumuladas		(4.696)	(3.859)
Intangível	11	135	179
Ativos intangíveis		622	582
(-) Amortização Acumulada		(487)	(403)
Diferido		-	9
Gastos de Organização e Expansão		-	83
(-) Depreciações Acumuladas		-	(74)
TOTAL		398.379	348.617

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		317.374	276.062
Depósitos	12	292.587	255.090
Depósito à Vista		38.658	37.995
Depósito Sob Aviso		4.615	4.403
Depósito a Prazo		249.278	212.692
Relações Interfinanceiras		3.253	207
Repasse Interfinanceiros	13.1	3.253	200
Correspondentes		-	7
Relações Interdependências	14	10.130	9.737
Recursos em Trânsito de Terceiros		10.130	9.737
Transferência Internas de Recursos		4.820	4.820
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13.2	4.820	4.820
Empréstimos no País - Outras Instituições		6.620	6.208
Outras Obrigações		38	43
Cob e Arrec. de Trib. e Assemelhados	15.3	2.126	1.933
Sociais e Estatutárias	15.1	1.043	842
Fiscais e Previdenciárias	15.2	3.413	3.390
Diversas	15.3	4.964	12.864
Não Circulante		9.464	12.864
Depósitos	13	36	-
Depósito a Prazo		36	-
Relações Interfinanceiras		8.309	11.834
Repasse Interfinanceiros	13.1	8.309	11.834
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13.2	-	-
Empréstimos no País - Outras Instituições		-	-
Outras Obrigações	15.3.e	1.119	1.030
Diversas		1.119	1.030
Patrimônio Líquido	17	71.541	59.691
Capital Social		46.161	37.484
De Dominilidos no País		46.252	37.544
(-) Capital a Realizar		(91)	(60)
Reserva de Sobras		20.889	16.847
Sobras Acumuladas		4.491	5.360
TOTAL		398.379	348.617

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Sobras ou Perdas

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

	Nota	2º SEMESTRE 2016 (Não auditado)	31/12/2016	31/12/2015
Ingressos da Intermediação Financeira	20.1	32.327	62.886	53.301
Operações de Crédito		32.085	62.342	52.779
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		242	544	522
Dispêndios da Intermediação Financeira	21.1	(25.449)	(49.219)	(34.490)
Operações de Captação no Mercado		(17.309)	(33.372)	(24.595)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13.3	(685)	(1.334)	(1.011)
Provisão para Operações de Créditos		(7.455)	(14.513)	(8.884)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		6.878	13.667	18.811
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais		1.299	2.217	(4.319)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		2.113	3.775	2.640
Rendas (Ingressos) de Tarifas		2.160	4.091	3.099
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(6.070)	(11.279)	(9.077)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas		(6.572)	(11.870)	(9.456)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(177)	(321)	(198)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		9.144	17.092	9.711
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	20.2	1.798	3.053	1.157
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	21.2	(1.097)	(2.324)	(2.195)
Resultado Operacional		8.177	15.884	14.492
Resultado Não Operacional	22	(92)	(132)	(305)
Resultado Antes da Tributação e Participações		8.085	15.752	14.187
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-
Participações nos Resultados de Empregados	15.1	(377)	(581)	(474)
Sobras / Perdas antes das Destinações		7.708	15.171	13.713
Destinações legais e Estatutárias		-	(4.983)	(3.941)
F.A.T.E.S.		-	(941)	(814)
Reserva Legal		-	(4.042)	(3.127)
Resultado antes dos Juros ao Capital		7.708	10.188	9.772
Juros ao Capital	19	(92)	(5.697)	(4.412)
Sobras / Perdas Líquidas		7.708	4.491	5.360

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

||
||
||

Notas Explicativas

em 31/12/2016 e de 2015 (em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROPRIETARIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCARIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS ("SICOOB CREDIROCHAS" ou "Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12/04/1999, filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIROCHAS possui 09 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES, BARRA MANSA - RJ, VOLTA REDONDA - RJ, ATILIO VINÁQUA - ES, RESENDE - RJ, MUQUI - ES.**

O SICOOB CREDIROCHAS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2.Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, os quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, tendo sido aprovada pela diretoria executiva em 4 de abril de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, algumas Normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.969/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a)Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(b)Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

(c)Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério *“pro rata temporis”*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

(h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzida da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

(m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos foram mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

(q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *“impairment”*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Título De Renda Fixa – Circulante	374	33
Título De Renda Fixa – Não circulante	2.981	5.197
TOTAL	3.355	5.230

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

O resultado dessas operações em 2016 foi de R\$ 544 (2015 – R\$ 522), registrados na rubrica “Resultados de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros”.

5. Relações interfinanceiras

Em 31/12 de 2016 e 2015, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	147.942	111.267
TOTAL	147.942	111.267

(a)Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

As receitas recebidas dessa transação resultaram em 2016 no montante de R\$ 17.092 (2015 – R\$ 9.711) registradas na rubrica “Ingressos de depósitos intercooperativos”.

6. Operações de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	1.081	0	1.081	1.029
Empréstimos	84.374	88.848	173.222	150.502
Títulos Descontados	40.731	0	40.731	47.300
Financiamentos	6.803	5.349	12.152	16.889
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.142	5.458	11.600	11.853
(-) Provisões para Operações de Crédito	(18.774)	-	(18.774)	(12.994)
TOTAL	120.357	99.655	220.012	214.580

(b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	AD / Cheque Especial / Conta Garantida	31/12/2016			31/12/2015	
			Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2016		
AA	Normal	8.913	0	116	453	9.482	12.104
A	0,5% Normal	74.483	476	4.942	2.866	82.765	415
B	1% Normal	61.780	5.053	4.662	77.131	77.131	771
B	3% Vencidas	3.145	0	181	3.329	33	1.370
C	3% Normal	20.706	4.208	1.377	2.399	28.690	861
C	3% Vencidas	2.902	76	413	191	3.582	107
D	10% Normal	5.991	1.483	46	22	7.541	754
D	10% Vencidas	5.341	33	117	26	5.516	552
E	30% Normal	428	28	45	0	501	150
E	30% Vencidas	1.143	14	41	0	1.198	360
F	50% Normal	4.625	62	0	4.687	2.344	300
F	50% Vencidas	1.587	33	104	0	1.724	862
G	70% Normal	2.580	168	0	0	2.747	1.923
G	70% Vencidas	1.311	55	18	7	1.380	973
H	100% Normal	1.096	717	0	0	2.412	2.412
H	100% Vencidas	6.046	426	93	0	6.565	6.565
Total Normal	181.202	12.194	11.186	11.376	215.957	9.630	205.378
Total Vencidos	21.475	641	966	224	23.306	9.452	22.196
Total Geral	202.677	12.835	12.152	11.599	239.263	19.082	227.574
Provisões	16.906	1.692	328	158	19.082	12.994	12.994
Total Líquido	185.771	11.143	11.826	11.441	220.181	214.581	214.581

Na composição do quadro encontra-se agregado, nos níveis de risco, os valores de avais e fianças honrados no montante de R\$477, bem como o saldo de provisão correspondente no montante de R\$ 308, conforme apresentado na nota 7.

(c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	24.577	48.521	88.848	161.946
Títulos Descontados	37.698	3.033	0	40.731
Financiamentos	2.260	4.543	5.349	12.152
Financiamentos Rurais	683	5.459	5.457	11.599
TOTAL	65.217	61.556	99.655	226.428

(d) A diferença entre o total das operações do quadro “b” e “c” no montante de R\$ 12.835 refere-se aos valores de saldo de cheque especial, conta garantida e adiantamento a depositante, que não possuem vencimento.

(e) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo/Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2016	% da Carteira
Sector Privado - Comércio	863	15.015	5.045	0	20.923	9%
Sector Privado - Indústria	2.424	23.421	10.710	0	36.555	15%
Sector Privado - Serviços	7.177	100.199	22.326	0	129.702	54%
Pessoa Física	2.151	29.933	1.067	11.599	44.750	19%
Outros	219	5.530	1.582	0	7.332	3%
TOTAL	12.835	174.098	40.731	11.599	239.263	100%

(f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	12.994	7.353
Constituições	13.964	8.884
Transferência para prejuízo	(8.184)	(3.243)
TOTAL	18.774	12.994

(g) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	4.730	2,00%	387	0,00%
10 Maiores Devedores	35.082	15,00%	1.919	1,00%
50 Maiores Devedores	88.426	37,00%	5.105	2,00%

(g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	9.031	6.848
Valor das operações transferidas no período	8.184	3.243
Valor das operações recuperadas no período	(1.638)	(943)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	53	39
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(62)	(156)
TOTAL	15.568	9.031

O resultado dessas operações montaram em 2016 R\$ 62.342 (2015 – R\$ 52.779) registradas na rubrica “Operações de crédito” na demonstração de sobras ou perdas.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Avais e Fianças Honradas	477	0
Rendas A Receber	1.967	1.488
Serviços Prestados a Receber	251	141
Outras Rendas a Receber (a)	1.716	1.347
Diversos	671	435
Adiantamentos e Antecipações Salariais	81	49
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	2	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	47	-
Devedores por Compra de Valores e Bens	25	4
Impostos e Contribuições a Compensar (b)	286	174
Pagamentos a Ressorar	3	9
Títulos e Créditos a Receber	193	135
Devedores Diversos – País	34	64
(-) Provisões Para Outros Créditos	-308	0
TOTAL	2.807	1.923

(a) A maior representatividade desse grupo refere-se à Centralização financeira no montante de R\$ 1.680.

(b) Montante refere-se a impostos federais a serem compensados.

Notas Explicativas

A sobre líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício	9.474	9.301
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(492)	(368)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	8.982	8.933
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 45%	(4.042)	(3.127)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(449)	(446)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	4.491	5.360

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Receita de prestação de serviços	1.874	1.061
Despesas específicas de atos não cooperativos	(223)	(121)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(454)	(268)
Resultado não Operacional	(132)	(305)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		367
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	1.065	367

19. Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros sobre o capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Juros ao Capital	5.697	4.412
JRRF sobre juros ao capital	(253)	(192)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(88)	(64)
Creditado em Conta Corrente (a)	(1.060)	(816)
Valor incorporado a conta capital (a)	4.296	3.340

(a) Na mesma data do pagamento do juros ao capital incorporado, parte dele foi devolvido e creditado na conta corrente do associado, no montante de R\$ 1.060.

20. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2016	2015
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	1.062	733
Rendas De Empréstimos	41.865	34.153
Rendas de Títulos Descontados	14.034	12.716
Rendas De Financiamentos	3.061	3.760
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.584	905
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas E Refinanc	736	512
Rendas C/Tit.Valores Mobil.E Instrumentos Financ.	544	522
TOTAL	62.342	52.779

20.1 Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de despesas diversas	547	67
Rendas de garantias prestadas	1	-
Rendas de repasses delcredere	160	142
Reversão de provisões operacionais	42	33
Reversão provisão para garantias prestadas	178	-
Dividendos	360	203
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	40	-
Crédito Receita SIPAG – Antecipação	133	-
Rendas de juros Cartão de crédito	934	371
Rendas multas por Atraso cartão de Credito	326	171
Rendas Intercâmbio – Cartão de Credito	274	117
Rendas Intercâmbio – Cartão de Débito	54	44
Receita Volume Financeiro – REDE	3	-
Outras	1	9
Total	3.053	1.157

21. Dispendios da Intermediação Financeira

Descrição	2016	2015
Despesas de Captação	-33.372	-24.595
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	-1.334	-1.011
Provisão para Operações de Créditos	-14.513	-8.884
TOTAL	-49.219	-34.490

21.1 Outros dispendios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Descontos concedidos - operações de crédito	1.100	310
Contribuição ao fundo garantidor de depósitos	-	-
Fundo de Desenvolvimento	240	1.324
Bonificação de Seguro Prestamista	4	6
Passivos Contingentes	85	139
Correspondente Bancário	15	11
Perdas – Praticas Inadequadas	4	-
Cancelamento de Tarifas Pendentes	465	230
Desconto – Tarifas Pendentes	27	-
Provisão para Garantias Prestadas	-	131
Desconto Concedidos Operação de Credito Pessoal	3	3
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento Fraudes Externas	6	18
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento Perdas Operacionais	4	12
Contribuição ao Fundo de Tecnologia da Informação	353	-
Diversos	18	11
Total	2.324	2.195

22. Resultado não operacional

Descrição	2016	2015
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	0	25
Outras Receitas Não Operacionais	53	15
Prejuizos Em Transações Com Valores E Bens	-49	-75
Outras Despesas Não Operacionais	-136	-269
Resultado Líquido	-132	-305

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
3.840	0,36
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
10.091	5,01

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2016:

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Conta Corrente	22	(1)	0,17
Crédito Rural	818	(6)	7,05
Empréstimo	2.166	(335)	1,25
Títulos Descontados	131	(1)	0,32

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2016			
Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.513	3,93	-
Depósitos a Prazo	24.271	9,56	96% a 105% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	6,97% a.m.	6,97% a.m.
Conta Garantida	5,97% a.m.	5,97% a.m.
Desconto de Cheques	A partir 1,60% a.m.	A partir 1,60% a.m.
Empréstimos	A partir de 1,25% a.m. para aqueles que recebem em folha	A partir de 1,25% a.m. para aqueles que recebem em folha
Aplicação Financeira - RDC Longo CDI	96% do CDI a 105% do CDI	96% do CDI a 105% do CDI

No exercício de 2016, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida, previdência privada e vale alimentação, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$ mil)	
Honorários e Cédula de Presença	1.150
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	34

A Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Sicoob Central ES que é uma Cooperativa Central de crédito, o qual, a Cooperativa tem participação (Nota 8, 13 e 24) e está presente no conselho de administração e com o Bancoob (Nota 9 e 13).

Transações com Sicoob Central ES e Bancoob		
	2016	2015
Ativo	151.297	116.497
Títulos e Valores mobiliários	3.355	5.230
Relações Interfinanceiras	147.942	111.267
Passivo	16.382	16.854
Relações Interfinanceiras	11.562	12.034
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.820	4.820
Receitas	17.636	10.233
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	544	522
Ingressos de Depósitos Interfinanceiros	17.092	9.711
Despesas	1.674	1.092
Operações de Empréstimos e Repasses	1.334	1.011
Despesas Administrativas (Rateio Despesas da Central)	340	81

A COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROPRIETÁRIOS DA INDÚSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCÁRIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS - SICOOB CREDIROCHAS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIROCHAS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

25. Gerenciamento de Risco

25.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CREDIROCHAS objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB CREDIROCHAS aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting). No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB CREDIROCHAS possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

25.3 Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito do SICOOB CREDIROCHAS objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB CREDIROCHAS aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CREDIROCHAS possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

25.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CREDIROCHAS objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, SICOOB CREDIROCHAS aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB, e
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

26. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$23.853 (2015 – R\$19.159), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2016	2015
Patrimônio de Referência	71.503	59.529
Margem de Compatibilização	37.463	28.750
Índice da Basileia	27,31%	25,14%
Margem de Imobilização	32.468	26.943

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES, 4 de abril de 2017

Eliomar Silva Torres
Diretor Executivo
CPF: 574.683.117-49

Luiz Cláudio Borges Fardin
Diretor Operacional
CPF: 977.886.277-04

Fábia Lorena Rosi Mantovanelli
Contadora CRC nº 013868/O-8-ES
CPF: 007.835.517-62

Relatório de Auditoria

Aos Administradores e Cooperados Cooperativa de Crédito dos Proprietários da Indústria De Rochas Ornamentais, Cal e Calcário do Espírito Santo - Sicoob Credirochas

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Proprietários da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcário do Espírito Santo - Sicoob Credirochas ("Cooperativa" ou "Credirochas"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito dos Proprietários da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcário do Espírito Santo - Sicoob Credirochas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Informações suplementares relativas ao segundo semestre de 2016

Conforme resolução 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional – CMN, as demonstrações contábeis das cooperativas de crédito singulares relativas ao primeiro semestre do exercício social estão dispensadas da necessidade de auditoria independente. Consequentemente, as informações financeiras suplementares da Cooperativa relativas ao segundo semestre de 2016, apresentadas em conjunto com os saldos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram objeto específico de auditoria e estão sendo apresentadas como informação suplementar.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Cooperativa em 31 de dezembro 2015 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 29 de março 2016, expressa uma opinião sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são